

## Conheça um pouco mais sobre o projeto Harpia da CGE/PR

Fabiane Pinto

Iago Loureiro Galinsky

A harpia, com uma envergadura de até 2,5 metros e até 12 kg, é a maior e mais poderosa ave de rapina encontrada nas florestas tropicais do Brasil e do mundo. Ela voa velozmente a grandes alturas e, com suas enormes garras, arrebatava vultosas presas, sob olhar certeiro, características que demonstram sua inteligência, força e poder.

Foi devido a esta imponência que a Controladoria Geral do Estado do Paraná decidiu nomear o projeto mais ambicioso e inovador de combate à corrupção no Estado de "Harpia", em clara analogia e desejo de que nenhuma irregularidade seja aceita ou escape do poder de controle e punição do Estado, como declara o Controlador Geral, Dr. Raul Clei Coccaro Siqueira.

É importante lembrar que o Paraná se tornou referência nacional no combate à corrupção e foi o primeiro Estado a implementar de forma concreta o Programa Estadual de Integridade e Compliance na Administração Pública – programa que envolve a implementação de políticas, mecanismos e procedimentos de integridade e incentiva a cultura da ética dentro do setor público para prevenir, detectar e responder práticas irregulares e/ou ilegais. Agora, a Controladoria busca consolidar ainda mais essa posição de vanguarda ao lançar o novo projeto, que visa assegurar a lisura e transparência total nas licitações e diminuir cerca de 97% a margem de erro nos processos de contratação de serviços e aquisição de bens ou produtos.

A licitação, conforme ensina Marçal Justen Filho, "é o procedimento administrativo destinado a selecionar, segundo critérios objetivos

predeterminados, a proposta de contratação mais vantajosa para a Administração e a promover o desenvolvimento nacional sustentável, assegurando assim a ampla participação dos interessados e o seu tratamento isonômico, com observância de todos os requisitos legais exigidos” (JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 16 ed. Ver. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p 16/17).

Infelizmente, falhas em processos licitatórios e irregularidades como sobrepreço, superfaturamento, fracionamento de despesas e direcionamento são situações graves que possibilitam ao mau gestor enriquecer ilicitamente às custas do dinheiro público. Essa forma de corrupção é responsável por diminuir os investimentos em setores fundamentais para a assistência do cidadão, como saúde, educação, infraestrutura, segurança, habitação e, concomitantemente, é um dos fatores responsáveis pela pobreza, marginalização e fome que assola inúmeras famílias brasileiras.

O Projeto Harpia nasce justamente do desejo e necessidade de combater essas mazelas, decorrentes do uso indevido do dinheiro público, e garantir maior segurança nos processos de contratação de serviços ou aquisição de bens. Resultante do agrupamento de inteligência artificial, automação de processos, analytics e tecnologia blockchain, o projeto promove o acompanhamento em tempo real, pelos servidores públicos, gestores e participantes do processo licitatório em questão, bem como sua fiscalização pelos agentes de controle externo - Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Dividido em quatro fases - interna, externa, contratual e auditoria - esse sistema revolucionário criado pela Controladoria do Estado do Paraná englobará todas as etapas do processo licitatório previstas na legislação, desde a identificação do produto/serviço a ser adquirido pelo Estado e habilitação de possíveis interessados, até a efetiva contratação, e inova ao acrescentar uma quarta fase no procedimento, a fase fiscalização e monitoramento do contrato,

possibilitando o acompanhamento da execução do serviço e da entrega do produto e, ainda, se o serviço foi prestado a contento, tudo de acordo com o que foi efetivamente contratado pela Administração Pública .

Como se não bastasse todo esse controle procedimental, o Projeto Harpia viabiliza um controle interno de riscos, posto que o próprio sistema é capaz de identificar se existe algum conflito de interesse entre a Administração Pública e as empresas participantes (nepotismo, empresas representadas pelos mesmos sócios, servidores públicos sócios ou parentes dos sócios das empresas, dentre outros), se o produto foi entregue de acordo com a quantidade e qualidade contratada e, no caso de obras, se foram executadas e concluídas dentro do prazo estipulado no edital, evitando assim, inúmeras irregularidades, infelizmente, comuns em tais processos administrativos.

Ações dessa envergadura visam garantir a transparência, controle e a lisura dos processos licitatórios e afastar hipóteses de irregularidades, desde aquela dolosa, provocada de forma consciente por um agente público, até mesmo eventuais inobservâncias de formalidades ou premissas dentro do processo licitatório, vez que o próprio sistema atestará a integridade de cada etapa do processo, não sendo permitido dar prosseguimento caso identificada irregularidade, o que gera uma verdadeira “trava” para servidores e licitantes mal intencionados.

Além desse impedimento, a tecnologia de blockchain, uma das principais ferramentas do projeto, garante a imutabilidade dos dados fornecidos pelos servidores, gestores e participantes do processo, o que exclui qualquer possibilidade de modificação nas cláusulas contratuais assegurando aos órgãos de controle a integralidade das informações em todos os trâmites do certame.

O valor estimado de investimento para assegurar que a Administração Pública conte com tamanha eficiência e seguridade nas licitações é de 25 milhões de reais, provenientes do Fundo Estadual de Combate à Corrupção, e essa

novidade será implementada pela Celepar, órgão responsável pela Tecnologia da Informação do Governo do Paraná, em parceria com a International Business Machines Corporation (IBM).

A previsão é de que o sistema esteja em operação no prazo de um ano a contar de sua implementação, prevista para julho de 2021. Não é demais destacar, que o valor investido significa menos corrupção, justamente pois mitigará hipóteses de falhas e vícios nos processos licitatórios, garantirá a destinação correta do dinheiro público e facilitará a fiscalização pelos órgãos de controle externo.

Apoiando a luta contra a corrupção, o Instituto Paranaense de Compliance – IPACOM, destaca a relevância do Projeto como instrumento de fortalecimento da cultura ética e de conformidade no Estado do Paraná.

Com os olhos certos e garras afiadas, assim como a águia, o Projeto Harpia reforçará a cultura da integridade no Paraná para, aliado ao Programa de Integridade e Compliance vigente, combater a corrupção, restaurar a confiança dos cidadãos nas instituições públicas e entregar mais efetividade, eficácia, transparência e progresso nas compras públicas, mantendo o Estado do Paraná no Estado como um dos mais transparentes do País.